SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
AGRONOMIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

Os primeiros passos, para a instituição do Ensino Agrícola Superior, no Brasil foram dados, no período Brasil Colônia. D. João VI criou dois cursos práticos de agricultura, em 1812 na Bahia e em 1814 no Rio de Janeiro (FLORENÇANO, ABUD 1999).

A Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição pública de ensino superior fundada em 1957. Localizada às margens do rio Guamá, em uma paisagem que retrata as raízes de uma universidade voltada para a cultura amazônica, mantém a liderança na comunidade científica do Norte do país, colocando-se à frente dos avanços tecnológicos e também na relação com a comunidade, dando o suporte técnico necessário ao desenvolvimento social da região e absorvendo a experiência da população como subsídio ao seu próprio desenvolvimento (Disponível em <http://parahistorico.blogspot.com/>. Acesso em: 26 de maio de 2011).

O projeto de interiorização da UFPA expandiu-se para o interior do Estado ofertando cursos de licenciaturas que objetivaram preparar recursos humanos para trabalharem no ensino de 1º e 2º graus dos municípios e regiões vizinhas, doravante ensino fundamental e ensino médio. Em outubro de 1987, ocorreu o primeiro processo seletivo no Município de Cametá, para oferta de 50 vagas em cada um dos cursos de Licenciaturas em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, que funcionaram em regime intervalar. O primeiro curso ofertado no regime regular foi implantado em 1994, com uma turma de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Em termos históricos, o Curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica estrutura-se no

interior de um Campus que, segundo o Plano de Gestão do Campus (2007), foi fundado em 1987, na administração do Reitor José Seixas Lourenço, oriundo do Projeto Norte de Interiorização da Universidade Federal do Pará ? UFPA, na coordenação administrativa do técnico-administrativo Jorge Dias da Cunha. Como não possuía sede própria, o Campus de Cametá foi instalado nas dependências da Escola Municipal de 1º Grau ?Maria Cordeiro de Castro?, sendo posteriormente doado pelo Município através da Lei Municipal Nº 1207, de 27 de março de 1991.

O ingresso da primeira turma ocorreu com o Processo Seletivo de 2012, contemplando 46 alunos através de processo seletivo seriado. Frente a esse desafio, o Campus Universitário do Baixo Tocantins, com comprovado envolvimento de professores e Entidades apoiadoras, construirão uma graduação em Bacharelado em Agronomia com ênfase na agricultura familiar e no desenvolvimento rural regional.

Neste Projeto Pedagógico, o aluno deve sentir-se num ambiente que propicie o desenvolvimento humano, competência científica e tecnológica, compreendendo a realidade que o envolve, através de análises críticas dos problemas que enfrentarão no cotidiano. O ensino e a aprendizagem devem ser práticas contínuas, para que o aluno possa atuar com participação efetiva nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo possibilidades de oportunidades reais, na construção de uma cidadania íntegra, na busca de compreender a sua vida profissional.

A formação do Engenheiro Agrônomo norteia-se na qualidade de ser cidadão íntegro e emancipado politicamente, capaz de conduzir, raciocinar e posicionar-se diante de fatos e acontecimentos, de forma coerente diante de uma sociedade complexa e competitiva. Desta forma, o Curso foi estruturado para que o aluno aja como cidadão atuante e que pense sobre questões sociais, além de estar apto a atuar nas suas atribuições profissionais, sendo capaz de refletir, entender e valorizar a dimensão humana, bem como da capacidade de resiliência da natureza relacionada com a Ciência, Tecnologia e Inovação. O Engenheiro Agrônomo não deverá ter apenas uma formação voltada para o atendimento das demandas do exercício profissional específico, mas também, utilizar seu conhecimento global adquirido nas realizações de ações transformadoras na sociedade em que vive, sendo um extensionista por formação.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de graduação de Bacharelado em Engenharia Agronômica no Campus Universitário do Tocantins/Cametá vem atender anseios de formação dos filhos e filhas de agricultores rurais assim como dos movimentos sociais e da comunidade em geral dessa região, no tocante à relação homem da Amazônia Paraense e conhecimentos agrários, dos cinco municípios [Municípios de Cametá, (sede do Campus), Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Baião] que mantêm uma relação mais direta com esse espaço acadêmico.

Os primeiros cursos de Agronomia da UFPA foram criados em 2002 nos campis de Altamira e Marabá, contudo, considerando-se a dimensão de nosso Estado muitas mesorregiões ainda possuem muita dificuldade de acessar cursos tecnológicos, e os muitos cursos existentes noutras regiões não conseguem contemplar as especificidades diversas, desta forma, visando atender a reiteradas manifestações e apelos da comunidade local e de toda a região do Baixo Tocantins, está se estruturando mais um curso de agronomia, agora no campus de Cametá, cuja economia está fortemente fundada na atividade agroextrativista.

Não se pode perder de vista, contudo, que o Curso de Agronomia, no interior de uma Universidade com princípio multicampi, também atenderá a demanda formativa de outras realidades do interior paraense, como Igarapé Miri, Abaetetuba, Moju, Barcarena e tanto outros municípios desse Estado, principalmente quando se considera que é o primeiro curso da UFPA presente na região nordeste do Pará, uma vez que Agronomia é uma formação, em termos de graduação, somente atualmente presente no campus de Altamira.

Trata-se, então, de uma nova forma de a interiorização se materializar na Região Tocantina, buscando-se atender a realidade do campo paraense nesse espaço social, permitindo que os movimentos sociais, as comunidades ribeirinhas, sindicatos, colônia de pescadores, dentre outras formas de organização social, tenham condições de ter a Universidade contribuindo com processos de desenvolvimento regional, numa perspectiva sustentável.

Na Microrregião de Cametá, por exemplo, que engloba os municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Baião, a população carece de formação em Agronomia que lhe possibilite o exercício cada vez mais amplo da agricultura familiar, face às monoculturas que vêm se instalando na região, como a pimenta do reino e, agora, no início do século XXI, a plantação de oleaginosas, como o dendê e a mamona, para a produção de biodiesel, que não raro acabam impactando negativamente o modo tradicional de vida e de produção dos ribeirinhos e dos homens e mulheres do setor de estradas desses municípios,

cujas economias estão fortemente fundadas na atividade agroextrativista.

Em termos populacionais, trata-se de uma região com mais de 300.000 habitantes, com forte vocação para atividades agrícolas. A Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá, a Z16, vem desenvolvendo, por exemplo, criação de peixes no interior das ilhas, em decorrência da diminuição de pescado que adveio com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, e requerendo da Universidade do Pará, por meio do Campus de Cametá, ajuda para o domínio de técnicas de criação e produção de alevinos, de modo a recuperar espécies antes existentes em maior escala em seus rios.

Não menos importante encontra-se a Associação dos Produtores Rurais de Cametá organizando-se para produzir mandiocaba, para extração de etanol, em meio, entretanto, à preocupação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com os impactos dessa produção sobre a economia campesina, conforme seminário realizado em junho de 2011 no município de Cametá, quando agricultores, poder público, movimentos sociais e Universidade, por meio do Campus de Cametá, estiveram presentes debatendo questões como dessa natureza.

Isto posto, o curso de graduação em Bacharelado em Engenharia Agronômica do Campus Universitário do Tocantins/Cametá vem atender anseios de formação, no tocante à relação homem da Amazônia Paraense e conhecimentos agrários, dos 05 municípios que mantêm uma relação mais direta com esse espaço acadêmico. Trata-se, então, de uma nova forma de a interiorização se materializar na Região Tocantina, espaço onde se encontra o Campus de Cametá, buscando-se atender a realidade do campo paraense, permitindo que os movimentos sociais, as comunidades ribeirinhas, sindicatos, colônia de pescadores, dentre outras formas de organização social, tenham condições de ter a Universidade contribuindo com processos de desenvolvimento regional, numa perspectiva sustentável.

Nesse sentido, o Campus avança na formação universitária para além das Licenciaturas, buscando cursos na modalidade de bacharelado, como Agronomia, consituindo-se numa conquista dos sujeitos dessa região. Concebe-se, assim, a graduação em Agronomia, como uma etapa inicial de formação e não, como um momento de esgotamento do conhecimento, considerando-se que em uma sociedade globalizada, onde as mudanças no conhecimento são cada vez mais aceleradas, permitindo, muitas vezes, mostrar-nos que soluções do passado geram problemas atuais, então, entendemos que a educação continuada é a chave para que o ensino superior acompanhe estas transformações.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Agronomia

Local de Oferta: Travessa Padre Antônio Franco

Endereço de Oferta:

Bairro: Matinha

CEP: 68400000

Número: 2617

Complemento:

Cidade: Cametá

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 45

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Engenheiro Agrônomo

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 4600 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 5520 hora(s)

Período Letivo: Extensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular

Ato de Criação: Resolução\\CONSEPE - 4.170 - A, 06 de Setembro de 2011

Ato de Reconhecimento: Portaria 179\\MEC, de 08 de Maio de 2013

Ato de Renovação: Em aprovação

Avaliação Externa: ENADE, NOVEMBRO DE 2016

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado, considerando as Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia (Resolução CNE/CES n° 1, de 2 de fevereiro de 2006), com implantação em março de 2012 (conforme Resolução n° 4.170-A, de 06 de setembro de 2011, publicada pelo Conselho Superior de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Pará), assume os seguintes princípios norteadores:

- inserção do aluno em cenários de prática desde o início da graduação;
- interdisciplinaridade;
- articulação com a sociedade civil;
- trabalho em equipe;
- articulação ensino-pesquisa-extensão;
- avaliação formativa;
- mudanças de posturas de professores e alunos;
- metodologias mais ativas de ensino e aprendizagem;
- problematização do ensino;
- avaliação contínua durante todo o processo;
- desenvolvimento do docente.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar Engenheiro Agrônomo apto a planejar, executar, avaliar e otimizar a atividade agropecuária. Baseado cientificamente, este profissional deverá ser capaz de interpretar, analisar, promover, orientar e administrar de maneira crítica, comprometido com o desenvolvimento agroambiental, compreendendo a diversidade e necessidades sociais do meio rural, promovendo melhorias na qualidade de vida do homem rural (em especial o agricultor familiar), dando ênfase a este segmento que permanentemente vem sendo ignorado ou contemplado em segundo plano.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de graduação de Bacharelado em Engenharia Agronômica tem como perfil do formando egresso/profissional, o Engenheiro Agrônomo, com formação generalista, humanista, crítica, criativa e reflexiva, capacitados a atuar em princípios éticos que tratam o Art. 5° (I, II, III e IV) da Resolução CNE/CES n° 1, de 2 de fevereiro de 2006, no processo

de sólida formação científica e profissional geral que os capacite a absorver e desenvolver tecnologias, em entendimento às demandas da sociedade.

O formando deverá estar apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, sócio-econômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

Este aspecto dinâmico só é viável dentro de uma estrutura como a das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação na área de Ciências Agrárias, que permite definir diferentemente o perfil dos egressos e, adaptar este perfil, às rápidas mudanças do mundo moderno. A definição do perfil dos egressos está ligada à clara definição das capacidades criativas, das responsabilidades e das funções que docentes, discentes e membros da sociedade poderão vir a exercer.

O campo de atuação do Engenheiro Agrônomo compreenderá a possibilidade de atuar profissionalmente em instituições públicas estatais e não-estatais (ex.: EMATER, INCRA, IBAMA, etc), voltadas ao desenvolvimento rural. Além disso, o campo de atuação do profissional inclui o trabalho em sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR?s), sindicatos de produtores rurais, cooperativas, associações, ONG?s e empresas privadas que desenvolvem atividades no meio rural. Por fim, o profissional pode atuar de forma autônoma, assessorando ou prestando serviços (como na elaboração de projetos de manejo, de laudos e de pareceres técnicos) a agricultores familiares, produtores rurais, empresas que atuam no meio rural, agroindústrias, etc. A atuação profissional do Bacharel em Agronomia, portanto, inclui a prestação de serviços em assistência técnica e extensão rural, a elaboração de projetos visando o desenvolvimento rural e outras atividades relacionadas.

COMPETÊNCIAS

O Currículo do Curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica da UFPA de Cametá dará condições aos egressos para adquirirem competências e habilidades segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agronômica a fim de:

a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e da agricultura familiar, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;

b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;

c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;

d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;

e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas da agricultura familiar;

f) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

O curso proposto é projetado para formar e habilitar profissionais com capacidade crítica, aptidão e intervenção (re) construtiva do social, preparados tecnicamente para a sua escolha ocupacional, habilitados para atuação junto aos agentes sociais do desenvolvimento regional e nacional para melhoria do futuro brasileiro e da comunidade local.

ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica da Faculdade de Agronomia (FAGRO) apresenta 4.600 horas de carga horária total, divididos entres três núcleos de conhecimentos de acordo com a Resolução CNE/CES n° 1, de 2 de fevereiro de 2006, um total de 1.564 horas ou 34% são correspondentes ao Núcleo de Conteúdos Básicos; ao Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais são destinados um total de 2.074 horas ou 45,09%, ao Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos um total de 731 horas ou 18,8% e as atividades complementares percorrem 231 horas ou 5,02% da carga horária total do curso.

O curso será desenvolvido em 10 semestres e ministrado em dois turnos (matutino ou vespertino), durante 5 dias por semana (os sábados poderão ser utilizados como horário complementar, caso se faça necessário), a oferta das turmas será alternada, ou seja, quando a oferta ocorrerá no período matutino, a seguinte será no período vespertino, para atender as demandas da clientela do território do Baixo Tocantins, em regime extensivo. As disciplinas obedecerão a um regime acadêmico modular, tendo por base um calendário acadêmico elaborado em função do calendário das atividades agrícolas e agro-extrativistas da microrregião, de modo a possibilitar aos estudantes a execução de estágios de campo que vão lhes permitir o acompanhamento das principais realizações nos espaços de produção familiar.

O período de integralização curricular está previsto para 5 anos (Bacharelado em Engenharia Agronômica), conforme a legislação em vigor, que permite um período de até 50% de tempo além da duração mínima do curso (ou 7 anos e 6 meses), incluindo atividades a serem realizadas durante 5 (cinco) dias por semana, ao longo de 17 (dezessete) semanas por semestre letivo.

O Desenho Curricular do curso está estruturado dispondo as disciplinas e outras atividades curriculares de forma coerente em semestres letivos. As disciplinas são as atividades curriculares mais comumente utilizadas no processo de formação do Engenheiro Agrônomo, sem serem, no entanto, únicas e absolutas. São considerados espaços privilegiados do contato direto entre docente e discente e onde grande parte dos conteúdos teóricos e/ou práticos são ministrados e debatidos. Elas estão distribuídas em três núcleos de estudos: Núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais e Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos.

Em consonância com os requisitos legais e normativos com o Conselho Nacional de Educação (CNE) que determinam a inclusão e a relevância de temas como: 1) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (CNE CP 01/2004); 2) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (CNE CP01/2012); 3) Regulamentação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista (Decreto 8.368/2014); 4) Estabelecimento de Critérios para a Promoção de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com mobilidade reduzida (Decreto 5.296/2004); 5)

Ensino da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS (Decreto 5.626/2005); e 6) Políticas de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999). Os Projetos Pedagógicos de cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá tem mostrado preocupação em atender com objetivo de forma a torna a instituição inclusiva e acessível as diversas categorias da sociedade através de ações que estão presentes em medidas que encontram-se alinhados com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU).

O Campus de Cametá apresenta infraestrutura adaptada com acesso aos portadores de deficiência física a suas dependências acadêmicas, como por exemplo, rampas e elevadores de acesso a cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção em seus prédios, contando inclusive com banheiros adaptados. O departamento de Divisão de Inclusão Educacional (DIE) foi criado para atender as políticas educacionais no campus que atendem pessoas com transtornos do aspectro autista, assegurando o direito de participarem nos ambientes de aprendizagem que constam com presença de profissionais da área da pedagogia e psicologia. A exigência do ensino de LIBRAS nos cursos de graduação (artigo 3° da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto 5.626/2005), também é atendida por este curso. O ensino de LIBRAS está inserido nas atividades curriculares do curso de Agronomia, como atividade complementar (disciplina optativa).

As questões que dizem respeito aos temas ambientais, sociais, raciais e de acessibilidade estão discutidas através de abordagem transversal em atividades curriculares tais como: Ecologia, Agroclimatologia; Agroecologia, Agricultura geral; Educação Ambiental; Manejo e Gestão de Recursos Naturais; Hidrologia e Manejo de bacias hidrográficas; Manejo e Conservação do Solo e da Água; Avaliação e Pericias Rurais; Associativismo e Cooperativismo; Extensão rural; Sociologia e Antropologia Rural; Manejo e Gestão de Recursos Naturais; Desenvolvimento Rural e Legislação Agrária e Ambiental onde os alunos são estimulados a participarem em trabalhos de ensino, extensão e pesquisa.

Atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, previstas pela Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e pela Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, que trata da Educação das Relações Étnico-raciais o curso de agronomia da Faculdade de Agronomia oferece as disciplinas de Extensão rural; Sociologia e antropologia rural; Desenvolvimento rural e Legislação Agrária e Ambiental que possibilitam aos discentes a oportunidade para discussão e ampliação dos debates e conteúdos sobre o referido assunto, no momento em que

se aborda a questão de formação territorial, baseados nas legislações, mostrando a exclusão das categorias afro-brasileiras e indígenas no Brasil.

Em cumprimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002, que regulamentou tal Lei e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a UFPA apresenta estratégias educativas para o desenvolvimento sustentável, como um dos objetivos de sua orientação formativa, esse conhecimento é formalmente sistematizado a partir das disciplinas obrigatória de Ecologia, Agroclimatologia; Agroecologia, Manejo e Gestão de Recursos Naturais; Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas; Manejo e Conservação do Solo e da Água; Avaliação e Pericias Rurais e Legislação Agrária e Ambiental ao enfatizarem os mecanismos de funcionamento, práticas de conservação e de restauração do meio ambiente, além disso, demostrando alternativas sustentáveis de produção.

Tomando como referência o Parecer CNE/CP nº 8/2012 e a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012, embasada pelo Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, o curso em Engenharia Agronômica do Campus Cametá -UFPA, contempla em seu PPC orientações, referências pedagógicas e acadêmicas para a educação em Direitos Humanos ao longo das atividades curriculares de Agroecologia, Associativismo e Cooperativismo; Extensão Rural; Sociologia e Antropologia Rural; Desenvolvimento Rural; Estudo da Localidade e Sistemas Agrários, Funcionamento do Sistema Família-Espaço Produtivo e Agricultura Familiar e Políticas de Crédito Agrícola, buscando consolidar-se como instituição de excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, aliando inovação ao compromisso com transformação social com finalidade da Educação em Direitos Humanos a formação para a vida e a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetários.

O curso oferece dois estágios curriculares obrigatórios, sendo um estágio curricular supervisionado institucional disponível a partir do 4º semestre que ocorre em instituições públicas e privadas. O segundo, refere-se ao estágio curricular supervisionado de campo, distribuídos em três semestres (3º, 6º e 9º semestre), onde acontecem atividades em áreas de agricultores familiares no Baixo Tocantins, visando o contato do formando com situações práticas, permitindo que os conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, em consonância com ações humanísticas.

METODOLOGIA

As modalidades didático-pedagógicas a serem adotadas no curso visam garantir ao estudante o enfrentamento do cotidiano da teoria abordada conforme o desenho curricular e a realidade praticada em campo. Propõe-se utilizar as seguintes modalidades:

Exposição didática: Atividades em sala de aula com apresentação expositiva dos conteúdos programáticos, abordados a partir de uma problemática regional.

Exercícios práticos: A aquisição dos fundamentos teóricos, bem como da metodologia científica, deverá proporcionar ao aluno a competência para saber buscar as informações que lhe faltarão em sua atividade profissional. Durante o curso, esse exercício de busca do conhecimento se dará através de espaços reservados em cada disciplina, quando da abordagem dos seus conteúdos, no sentido de proporcionar aos estudantes espaços para a reflexão e participação em atividades complementares. Nesse sentido, essas aulas práticas podem ser oferecidas de várias maneiras, tais como:

Em sala de aula e/ou laboratórios: Serão atividades, em forma de exercício, com o objetivo de confrontação e aplicação do conhecimento apreendido nas aulas teóricas, podendo ser realizadas dentro da sala de aula como em laboratório.

No campo: Compreendido por atividades de observação e/ou atividades práticas efetuadas diretamente no campo. Nesses exercícios práticos que onde acontecerão os primeiros questionamentos oriundos do exercício teoria-prática, sendo de fundamental importância o acompanhamento do docente para orientar na discussão, assim como, na colaboração das respostas das principais dúvidas surgidas.

Nos estágios supervisionados: Como atividade curricular obrigatória nos cursos de Ciências Agrárias, os estágios supervisionados conduzirão o aluno a uma participação criativa na produção do conhecimento e à sua iniciação na prática metodológica, considerando o contexto das atividades de pesquisa e extensão nas quais estarão envolvidos. Os conhecimentos teóricos transmitidos através do ensino serão tanto melhor assimilados quanto melhor corresponderem às interrogações e preocupações intelectuais, surgidas mediante o conhecimento da realidade do campo de atuação.

Exercícios em grupo: Atualmente, o mercado de trabalho tende a priorizar profissionais que detenham a capacidade do trabalho em equipe. Nesse sentido destaca-se a importância dessa metodologia de ensino, onde serão estimuladas atividades práticas ou de estudo de caso, cuja discussão e a organização do trabalho em grupo constituir-se-ão na temática central.

Estudos de Caso: As atividades de estudo de caso serão utilizadas nas disciplinas aplicadas, principalmente, nas específicas. O estudante deverá utilizar o seu referencial teórico para estudar uma situação real de campo, tanto ao nível de estabelecimento agrícola como de localidade.

Estudos dirigidos: Esta atividade servirá para auxiliar o estudante no processo de assimilação do conteúdo administrado nas diferentes atividades curriculares, principalmente nas disciplinas, sendo complementares ao aprendizado na sala de aula. Serão espaços reservados para a leitura, levantamentos bibliográficos ou discussões em grupo, onde o docente fornecerá as orientações necessárias ao bom andamento da atividade.

Seminários: Os seminários serão utilizados como recurso didático-pedagógico com o objetivo de proporcionar ao aluno o exercício da oratória em público e também do seu poder de organização, hierarquização e síntese. Tais qualidades serão importantes no perfil do futuro profissional, haja vista as novas exigências do mercado de trabalho.

Uso da Informática e Internet: Nas disciplinas será aplicado o uso da informática, através do aprendizado a partir de softwares especializados, além da pesquisa utilizando-se como recurso a Internet. Pretende-se assim, defrontar gradativamente o aluno com essa ferramenta de forma a proporcionar-lhe a capacidade da busca de informações necessárias em suas atividades acadêmicas e profissionais.

Toda a carga horária das disciplinas obrigatórias e optativas poderão ocorrer em dupla docência (2 professores ao mesmo tempo em sala de aula), sendo a carga horária integral de cada disciplina atribuída a ambos os docentes, conforme Instrução Normativa 001/2016 ? FAGRO que orienta os docentes da Faculdade e seus docentes externos e colaboradores, sobre a Docência Compartilhada (DC) ou Dupla docência (DD).

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado tem por objetivo principal proporcionar melhoria do processo ensino/aprendizagem, integrando a instituição universitária e outras instituições e entidades ligadas ao meio rural e à agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, sob a forma de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, científico, social e cultural, dando condições ao acadêmico para que tenha um maior contato com as ações na agricultura familiar na região, e maior confiança sobre a área em que atuará, desempenhando a função de um profissional atuante no campo, laboratório, escritório, etc, procurando assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. Eles são concebidos como conteúdos curriculares obrigatórios e visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades se distribuam ao longo do curso (Art. 8° CNE/CES, 2006).

Serão realizados dois tipos de estágio durante a formação continuada proposta para esse curso, visando atender as especificidades da formação proposta: o Estágio Curricular Supervisionado de Campo, visto como atividade obrigatória para complementar a formação profissional, e o Estágio Curricular Supervisionado Institucional (externo ou de vivência profissional), também obrigatório. De acordo com o estabelecido no Regulamento de Graduação da UFPA, a carga horária mínima para os estágios supervisionados equivale a 10% da carga horária total do curso, como dito anteriormente. No desenho curricular do curso de Bacharelado em Agronomia do Campus Universitário do Tocantins / Cametá, os estágios totalizarão 476 horas, ou 10,3% da carga horária total (ver o QUADRO 06).

QUADRO 06: Organização dos Estágios Supervisionados e Atividades Complementares e Optativas

Outras Atividades Transversais	CH	Semestre
Estágio Curricular Supervisionado de Campo I	68	3º
Estágio Curricular Supervisionado de Campo II	68	6º
Estágio Curricular Supervisionado de Campo III	68	9º
Estágio Curricular Supervisionado Institucional I	68	4º
Estágio Curricular Supervisionado Institucional II	68	7º
Estágio Curricular Supervisionado Institucional III	68	8º
Estágio Curricular Supervisionado Institucional IV	68	10º
Subtotal - Estágios Supervisionados de Campo e Institucionais	476	-

Atividades Complementares e Optativas	231	Livre
Subtotal - Atividades Complementares e Optativas	231	Livre
Total das Atividades Transversais	707	-

Estágio Curricular Supervisionado de Campo

Os estágios de vivência no campo são obrigatórios, totalizando 204 horas em 3 períodos diferentes, e devem ser realizadas em espaços produtivos de agricultores familiares da região do Baixo Tocantins, complementando e consolidando os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas e práticas, ministradas no âmbito das diversas disciplinas que comporão o seu currículo. O objetivo desses períodos é dar ao profissional em formação a oportunidade de exercitar o confronto entre teoria e realidade, de se inserir no âmbito da realidade regional e de ser conduzido a uma participação ativa e efetiva na produção do conhecimento, além de possibilitar sua iniciação na prática metodológica da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos das disciplinas correlacionadas deverão estar voltados para dar aos estudantes as ferramentas fundamentais para o entendimento dessa realidade e a competência técnico-científica necessária para buscar respostas aos diversos problemas que se manifestem dentro do contexto das unidades de produção familiar.

Os períodos de vivência no campo estarão relacionados com o calendário agrícola da região, tendo como local de realização os estabelecimentos agrícolas familiares e as localidades rurais. Sua distribuição se dará ao longo do curso (3° e 9° semestres, correspondentes ao 1° semestre anual, e 6° semestre, correspondente ao segundo semestre anual), permitindo ao estudante observar a realidade e os processos produtivos (ciclo produtivo anual) e construir, a partir desta aprendizagem concreta, o referencial prático necessário ao profissional.

Em linhas gerais, o objetivo dessas práticas de vivência é a observação e análise da propriedade na sua complexidade e a identificação dos diferentes tipos de agricultores existentes em uma microrregião. Para sua realização, a orientação que predomina é a do método indutivo (do particular para o geral), ou seja, do nível das parcelas / rebanhos / exploração local dos recursos naturais, passando pelos níveis do sistema de produção e sistema família-espaço produtivo, e finalizando no nível dos sistemas agrários locais. Serão assim distribuídos os períodos de sua realização:

a) No 3º (terceiro) semestre do curso, chamado período de imersão no meio rural (em um total de 68 horas), para permitir ao estudante ter um primeiro contato com a agricultura familiar e, conseqüentemente, levantar questionamentos iniciais sobre a realidade rural (social e ambiental) e os processos produtivos, que deverão ser amadurecidos ao longo do curso.

b) No 6º (sexto) semestre do curso, também em um período de 68 horas, quando o estudante realizará levantamentos referentes aos elementos do sistema de produção e fará um acompanhamento sistemático do ciclo agrícola nos espaços de produção agrícolas familiares e nos demais espaços produtivos utilizados pelas famílias, aplicando os conhecimentos técnico-científicos adquiridos ao longo do curso. Além disso, deverão ser observados e descritos os sistemas técnicos praticados pelos agricultores familiares em suas atividades produtivas e em seus espaços de produção, no nível das parcelas, dos rebanhos e dos espaços locais de exploração dos recursos naturais disponíveis;

c) No 9º (nono) semestre, também em 68 horas, quando o estudante realizará um estudo no âmbito da localidade onde está inserido o estabelecimento, visando observar o nível de apreensão da realidade referente aos sistemas agrários locais / regionais.

Desta forma, em cada semestre letivo serão oferecidas disciplinas-chaves que servirão de base para os estudos a serem desenvolvidos nos períodos designados para as práticas de vivência no campo. A título de exemplo tomemos o sexto semestre, no qual o aluno deverá fazer um estudo dos subsistemas produtivos constituintes de um sistema de produção agrícola e dos outros espaços produtivos utilizados pela família, suas inter-relações e com o meio envolvente, tendo para isso já cursado disciplinas orientadoras, como: Sistema de Produção Familiar (Cultivo e Criação), Sistema Agroextrativista, Sociologia e Antropologia Rural, Funcionamento do Sistema Família-Espaço Produtivo, etc. Esses elementos fornecidos pelas disciplinas serão essenciais para nortear as bases teórico-metodológicas que orientarão a realização desses três períodos de vivência previstos para acontecer em diferentes momentos da formação planejada.

Estágio Curricular Supervisionado Institucional (Externo ou de Vivência Profissional)

Serão realizados quatro momentos de estágios (4º, 7°, 8º e 10° semestres), totalizando 272

horas. Os alunos serão livres para desenvolver atividade de estágio em outras instituições públicas ou privadas de assessoria e apoio à agricultura familiar regional, em organizações representativas desses setores sociais e em órgãos da administração pública, em seus diversos níveis, que estejam relacionados ao meio rural e às preocupações dos agricultores familiares e suas organizações. A atividade deverá corroborar no processo de sua formação, estando sob a supervisão docente por meio de instrumentos de acompanhamento definidos pelos educadores. O estágio deverá se dar no campo das ciências agrárias, de forma que o aluno possa viver na prática, mas ainda em uma condição de aprendiz, a situação do mercado de trabalho que o espera, principalmente voltado para a agricultura familiar. Assim, o referencial teórico-metodológico apreendido nas disciplinas poderá orientar os estudantes. Concretamente, esses elementos farão parte da política de extensão da graduação, pensada como um instrumento metodológico de participação e ação nas instituições locais / regionais. Como temáticas estruturantes, podem ser citados nos estágios institucionais: programa de estágio elaborado em conjunto com as instituições; supervisão das atividades realizadas pela instituição / curso de graduação; relatórios técnicos elaborados pelos acadêmicos estagiários.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares possibitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, adquiridas fora do ambiente acadêmico. (Art. 9°, CNE/CES, 2006). Aqui incluem outras atividades acadêmico-científico-culturais livres cursadas livremente, ou seja, adquiridas no decorrer da formação do aluno, podendo incluir também outras disciplinas além daquelas constantes do desenho curricular obrigatório do curso em Bacharelado em Engenharia Agronômica, que podem ser cursadas de forma optativa. Entre essas disciplinas optativas, inclui-se a atividade curricular denominada LIBRAS ? Linguagem Brasileira de Sinais. A exigência do ensino de LIBRAS nos cursos de graduação (art 3° da Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto 5626/2005), será atendida com uma disciplina optativa de 68 horas, no 10º semestre do curso.

Serão contabilizadas como atividades curriculares a participação dos alunos em Seminários, Congressos, Simpósios, Encontros, Exposições, Colóquios, Palestras e/ou Cursos de Curta Duração relacionados à área de Ciências Agrárias. Essa participação poderá se dar na forma de apresentação de trabalhos de pesquisa, ensino ou extensão fruto de sua inserção em projetos, publicações ou como ouvinte mediante apresentação de relatório. Constituem-se

em momentos no processo de formação, nos quais os alunos podem ter a oportunidade de se deparar com situações de exposição oral de determinada temática. É a oportunidade de exercitar as capacidades de síntese e oratória, características tão importantes nos profissionais atuais, e de discussão com colegas e professores assumindo uma posição de debatedor ativo e central.

Participação em Intercâmbios e Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão - São consideradas também como atividades curriculares a participação de alunos em projetos, consórcios ou convênios de Intercâmbio envolvendo atividades de pesquisa, ensino ou extensão (com outras Universidades brasileiras ou estrangeiras). Além disso, poderão ser creditadas cargas horárias provenientes da participação do discente em projetos de ensino, de pesquisa (por exemplo, iniciação científica) ou de extensão, com o objetivo de possibilitar trocas de conhecimentos na área de ciências agrárias ou afins, além de dar a oportunidade ao aluno de vivenciar outras realidades universitárias e organizacionais.

Monitoria - Essa atividade curricular terá como objetivo proporcionar ao aluno o exercício da prática de ensino, uma vez que auxiliará o professor da disciplina no desenvolvimento de suas modalidades pedagógicas.

Disciplinas Optativas - As Atividades Complementares (Livres) podem ainda incluir disciplinas, cursadas de forma optativa, em outros cursos da UFPA que tenham afinidade com a área de formação em agronomia (em temáticas como de FTM do Ensino das Ciências, História Agrária do Brasil, Química da água e do solo e LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais), que podem ser feitas livremente durante o decorrer do curso, além da disciplina de LIBRAS ? Linguagem Brasileira de Sinais, desde que restrinjam ao máximo de 136 horas destinadas a esse tipo de atividade.

Instrução Normativa 002/2016 ? FAGRO, mostra os detalhes sobre as regras para contabilizar as atividades acadêmico-científico-culturais complementares do curso de Bacharelado em Agronomia, visando atingir o limite de carga horária de 231 horas, destinado às atividades complementares e optativas.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso (TCC) é uma atividade curricular integrante do Projeto Pedagógico do Curso, sendo componente obrigatório, com o fim de sistematizar o conhecimento construído no decorrer do processo formativo. O aluno irá aplicar, sob orientação docente, todo seu conhecimento metodológico e referencial técnico-científico para a produção de um trabalho, nos moldes acadêmicos, dentro da área que escolher, relacionado ao campo das ciências agrárias. Deverá ser elaborado individualmente e realizado ao longo do último ano de curso, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho da Faculdade na qual o curso estará abrigado.

O TCC, em acordo com o que estabelecem os artigos nº 92 ao 96 do Regulamento do Ensino de Graduação (UFPA, 2008), deverá ser centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, conforme legislação em vigor. Os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes e das técnicas de pesquisa relacionadas com a sua elaboração, serão regulamentadas pela instituição e aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico (Art. 10. CNE/CES, 2006).

O processo de orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC?s) deverá iniciar no 6° semestre letivo, com a disciplina Elaboração de Projetos de Pesquisa, que fornecerá os instrumentos/conhecimentos prévios necessários para a construção e o desenvolvimento da pesquisa. O orientador (ou co-orientador) poderá ser um docente da UFPA ou ser um profissional externo à instituição, desde que seja cadastrado na Faculdade de Ciências Agrárias e Naturais (FCAN), do Campus Universitário do Tocantins / Cametá (CUNTINS), conforme definido em seu regimento interno. O TCC deverá ser organizado em forma de relatório ou monografia, e a definição do orientador deverá ser compatibilizada, o quanto for possível, as linhas de pesquisa definidos pelo curso, segundo a disponibilidade dos orientadores.

No 10º semestre, o discente deverá defender seu Trabalho de Conclusão de Curso e ser examinado por uma Banca proposta pelo orientador, com os seguintes membros: Orientador (Presidente da Banca), e no mínimo mais um professor do quadro docente da universidade (podendo opcionalmente ser um convidado externo à UFPA), conforme estabelece o Artigo 94 do Regulamento de Ensino da Graduação (UFPA, 2008, p. 20). As defesas de TCC?s poderão ser agrupadas em um único evento (nos moldes de uma Semana Acadêmica de Defesas de TCC?s), com o objetivo de tornar mais operacional os processos de defesa nos

períodos estipulados para tal fim.

POLÍTICA DE PESQUISA

As atividades de pesquisa a serem desenvolvidas a partir da articulação com a proposta do curso devem ir ao encontro das proposições das temáticas norteadores da Faculdade de Agronomia (FAGRO) que coordena o curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica, podendo ser descritas a partir das seguintes bases de planejamento e ação, envolvendo projetos de pesquisa já realizados por docentes da UFPA / CUNTINS e levando em conta a realidade do meio rural da região do Baixo Tocantins:

- Avaliação de sistemas de uso do solo por meio de indicadores de sustentabilidade ambiental microbiológico e bioquímico em sistemas florestais e agroflorestais: Relacionado com o Grupo de Pesquisa CNPq/CCTE_MPEG, intitulado: Dinâmica da Matéria Orgânica em Ecossistemas Amazônicos, sob coordenação da Dra. Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo;

- As relações sociedade-natureza no Baixo Tocantins: um olhar a partir da agricultura familiar regional e das suas formas de manejo e gestão dos recursos naturais: Os elementos delineadores dessa base de ação na pesquisa acadêmica visa levantar dados primários e secundários sobre os sistemas produtivos constituídos na região do Baixo Tocantins, visando compreender as especificidades da agricultura familiar regional, que têm um peso importante das atividades agroextrativistas, visando caracterizar quais os elementos orientadores das relações desses agricultores com os elementos naturais presentes na região. A partir desses aspectos, é importante acompanhar, através de procedimentos metodológicos específicos, como se configuram as complexas formas de relação dos agricultores familiares e por populações extrativistas na região com os recursos naturais (dando destaque aos recursos hídricos e aos elementos florestais presentes na região).

- Interações entre os saberes locais dos agricultores e saberes técnicos visando a intervenção de desenvolvimento: Esse direcionamento possível para as ações de pesquisa visa construir uma análise das condições sociais de produção e apropriação dos conhecimentos relativos aos sistemas produtivos locais, e também permitir a observação dos mecanismos de tradução / contato entre conhecimentos diferenciados (de pesquisadores e extensionistas e de

agricultores familiares), tendo em vista principalmente subsidiar a interação entre saberes distintos no âmbito da análise das situações de eventuais trocas de experiências e informações entre os atores sociais do meio rural regional.

- Experiências promissoras de uso, manejo e gestão de recursos naturais de base agroecológica: A ideia central dessa linha de planejamento e atuação na pesquisa científica é a busca de identificar, caracterizar e sistematizar algumas experiências consideradas inovadoras na região do Baixo Tocantins, no âmbito das práticas locais relativas aos sistemas de produção agropecuários existentes regionalmente. O foco predominante de estudo são as iniciativas que podem ser incluídas na designação de ?agroecológicas?, ou seja, pautadas em uma relação sustentável (a longo prazo) entre os modos de exploração agropecuária e os aspectos socioambientais nas áreas rurais do Baixo Tocantins.

- Estudo dos ecossistemas na região do Baixo Tocantins: Essa base de pesquisa científica no âmbito da FCAN visa caracterizar os ecossistemas da região do Baixo Tocantins, a partir das experiências locais de uso e manejo agroecológico dos recursos naturais pelos agricultores familiares, além de diagnosticar a realidade que envolve a produção familiar nos diferentes sistemas de produção existentes no Baixo Tocantins e, por fim, identificar possíveis multiplicadores dentro da agricultura familiar com conhecimentos agroecológicos.

Assim, a constituição de uma política de pesquisa assentada em tais elementos fundamentais, já desenvolvidos em ações de pesquisa levadas a cabo por docentes e discentes da FCAN no Campus Universitário do Tocantins / Cametá da UFPA no meio rural do Baixo Tocantins, permitem uma inter-relação com as ações de extensão (conforme descritas a seguir), e também com as atividades de ensino já previstas nas atividades curriculares do curso, o que possibilita uma inserção da dimensão da pesquisa pautada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A política de extensão do curso se inscreve na elaboração de uma proposta interligada de pesquisa-formação, que se localiza tanto na mediação entre a Universidade e as organizações locais de apoio aos agricultores familiares na região do Baixo Tocantins.

Considerando que é preciso conhecer o contexto para intervir na realidade, um aspecto fundamental de suporte da política de extensão do curso será a análise e reflexão sobre o meio rural do Baixo Tocantins, a partir da articulação com a política de pesquisa, como descrito acima.

As atividades de extensão devem ser incluídas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, constituindo parte do percurso acadêmico obrigatório dos graduandos, respeitando o perfil profissional e as peculiaridades do currículo, configurado na matriz formativa de cada curso. Do total da carga horária exigida para a integralização do curso, deve ser destinado o mínimo de 10% (dez por cento) às atividades de extensão, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação, definida no regulamento da Graduação da UFPA (Art. 66, § 1°, § 2°). Assim, as áreas temáticas nas quais se inserem as atividades de extensão previstas para o curso são: Educação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, conforme dispõe o Art. 67 do Regulamento da Graduação (UFPA, 2008), de conformidade com o Plano Nacional de Extensão.

Para garantir a carga horária mínima para a política de extensão no desenho curricular o curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica, propõe-se no presente PPC que haja espaço para ações de extensão no âmbito de algumas atividades curriculares, conforme consta da Contabilidade Acadêmica do Curso (Anexo III). Assim, os períodos previstos para as atividades de extensão totalizam 473 horas, ou 10,3% da carga horária total do curso, em conformidade com o que exige o Regulamento da Graduação da UFPA.

Em algumas disciplinas é feita a distribuição das 473 horas destinadas para atividades de extensão (25 disciplinas no total, conforme mostra o Anexo 03 ? Contabilidade Acadêmica do Curso). Essa carga horária será fundamental para articular ações de extensão a partir dos conteúdos que serão trabalhados nas temáticas que propõem, e por isso essas atividades curriculares são consideradas como elementos indissociáveis da política de extensão prevista pela formação continuada desse curso de graduação. Cada uma dessas disciplinas apresenta uma carga horária específica para as atividades teóricas e teórico-práticas, e ainda um terço da carga horária, em cada uma das atividades curriculares supracitadas, destinadas especificamente para o desenvolvimento de ações de extensão junto à comunidade externa à UFPA, e ligada ao meio rural do Baixo Tocantins.

Esses períodos disponibilizados a partir dessa carga horária serão bastante flexíveis, pois

poderão ser efetivados por meio de cursos e eventos (oficinas, seminários, prestação de serviços, etc.), projetos (ações de extensão voltadas para a atuação na realidade local visando o desenvolvimento rural, etc.), e outros tipos de atividades que serão realizadas a partir das disciplinas previstas para dar embasamento a essa política de extensão e das práticas de vivência que farão parte dos estágios supervisionados previstos para o curso.

Dessa maneira, em várias atividades curriculares selecionadas, devem ser realizadas ações junto à comunidade externa à universidade, agregando docentes e discentes do curso com participantes que não sejam da UFPA. Sendo assim, serão estimuladas atividades como seminários, palestras, visitas monitoradas, cursos técnicos de curta duração e ações pontuais de participação planejadas junto a instituições de assessoria e entidades representativas da realidade rural do Baixo Tocantins, entre outras ações que podem caracterizar o perfil de extensão que o curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica requer e permite realizar.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

No que se refere à inclusão social dos portadores de necessidades especiais nas instituições de educação superior, a falta de adaptação da infraestrutura e dos instrumentos educacionais disponíveis termina por gerar dificuldades para a inclusão de pessoas deficientes no âmbito dessas instituições, persistindo ainda tendências instrumentais para lidar com a questão, com a formação dos profissionais da educação sendo baseada, muitas vezes, na dotação de saberes técnicos, que enfatizam prioritariamente o ?como fazer?, sem haver um debate local sobre práticas pedagógicas que emanem da vivência cotidiana dos educadores com os educandos e o restante da comunidade, nas situações em que se adotam práticas de escolarização dos discentes portadores de necessidades especiais.

Desde 2012, o Núcleo de Inclusão Social da UFPA (NIS) executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. As ações do NIS são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto n° 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação,

interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Diretos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino. O NIS-UFPA propicia aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistivas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação às Faculdades para um plano de formação direcionada para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento. O NIS oferece, ainda, apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o aluno a dar conta das demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem.

É importante frisar que a discussão sobre esse item atende especificamente ao Artigo 125 do Regulamento da Graduação da UFPA (Resolução 4.399 /CONSEPE de 14 de maio de 2013). No que se refere ao que esse artigo exige, o Campus Universitário do Tocantins / Cametá possui sua infra-estrutura, em grande parte, adaptada ao acesso de portadores de necessidades especiais a suas dependências acadêmicas, como por exemplo, rampas e elevadores de acesso a cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção em seus prédios, contando inclusive com banheiros adaptados ao uso de pessoas com problemas físicos.

No Campus de Cametá, existem outros cursos que trabalham especificamente com a problemática da educação inclusiva, como é o caso dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (Faculdade de Educação) e de Educação do Campo (Faculdade de Educação do Campo). Assim, cada vez mais se apresentam alternativas às formações que contribuem para o

aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas em torno das iniciativas de educação inclusiva. Portanto, o Campus pode ainda realizar, caso seja demandado e como parte de uma política inclusiva, cursos de extensão e formação voltados para este público em especial, e também para capacitar gestores educacionais, docentes e discentes acerca do conhecimento de diferentes linguagens e técnicas de aprendizado específicas, visando contribuir para a formação permanente de professores e gestores da educação no que se refere às práticas e princípios da educação inclusiva (NEES / UFPA, 2010). O curso de Bacharelado em Engenharia Agronômica dispõe a disciplina de LIBRAS, uma atividade curricular optativa, visando complementar sua formação superior, satisfazendo a exigência do ensino de LIBRAS nos cursos de graduação (artigo 3° da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto 5.626/2005).

No ano de 2016 foi implantado o DIE, Divisão de Inclusão Educacional, sendo parte do Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Pará - NIS/PROEG no campus de Cametá, que conta com atendimento individualizado, atendimento de monitoria, produção de materiais em Libras e Braille, formação e produção em tecnologias assistivas, serviço de tradução e interpretação em língua de sinais, bolsa-auxílio para PcD?s, auxiliando todos os alunos portadores de alguma deficiência ou transtorno.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

A Faculdade de Agronomia (FAGRO) a qual o curso está vinculado no Campus Universitário de Cametá promoverá o planejamento, acompanhamento e a avaliação permanente das atividades acadêmicas no âmbito do curso em consonância com o que estabelecem o Regimento Geral e o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

O planejamento é atividade obrigatória que se desenvolverá regularmente no início de cada um dos períodos letivos e ocorrerá com a presença de todos os docentes lotados no Campus ? efetivos e temporários ? em reuniões agendadas conforme o estabelecido no Calendário Acadêmico da UFPA.

É imprescindível para o início das atividades acadêmicas a cada período letivo a realização

da avaliação, do período letivo anterior para dar subsídios ao planejamento coletivo do período letivo subseqüente.

O planejamento do período letivo conterá:
 diagnóstico do período letivo anterior, apontando o índice de satisfação de discentes, docentes e técnicos, referente às atividades de ensino, pesquisa, extensão, infra-estrutura e relacionamentos interpessoais;
 os resultados das atividades de extensão e pesquisa no ensino;
 plano de curso de todas as atividades curriculares;
 cronograma de oferta de atividades curriculares;
 cronograma de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos científicos culturais, cursos, treinamentos e reuniões;
 instrumentos de avaliação do período letivo anterior.

Durante o período de planejamento os docentes discutirão conjuntamente sobre a metodologia, os planos de curso e estratégias didáticas a serem desenvolvidos no período letivo subseqüente. Os docentes deverão apresentar e discutir com os discentes, no primeiro dia de aula, o programa da atividade curricular, as temáticas das atividades complementares extensionistas e o plano de ensino (UFPA, 2010, p. 36-37).

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

No processo de desenvolvimento da proposta metodológica, os docentes e discentes deverão estar de acordo, nas disciplinas e atividades curriculares integrantes do curso, sobre os instrumentos que deverão possibilitar o acompanhamento e a auto-avaliação do conjunto das ações desenvolvidas e dos conteúdos curriculares (UFPA, 2009a).

Dos Discentes

De acordo com a regulamentação vigente da UFPA, o diagnóstico da aprendizagem dos discentes construída durante o curso deverá ser feito de forma articulada às atividades curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem a partir das disciplinas ? e por meio da análise da produção acadêmica / científica dos

discentes. São propostos aqui como instrumentos de avaliação:

Produção individual e coletiva

Material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo de provas (de cunho objetivo e/ou subjetivo), artigos, sínteses, relatórios, projetos, seminários, resenhas, textos diversos, etc, a critério da livre escolha dos docentes responsáveis pelas atividades curriculares. A freqüência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Pará, a partir de critérios quanti-qualitativos (Excelente ? 9,0 a 10,0; Bom ? 7,0 a 8,9; Regular ? 5,0 a 6,9; Insuficiente ? 0 a 4,9; Sem Freqüência; Sem Avaliação), conforme estabelece o artigo 178 do Regimento Geral da UFPA;

Plenárias de auto-avaliação

Os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo do corpo discente a partir das atividades curriculares propostas. Tais plenárias deverão ser anuais, juntamente com o processo de avaliação mais geral do curso.

Dos docentes

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente a avaliação do corpo discente sobre o desempenho docente e a avaliação coletiva dos próprios docentes (UFPA, 2009b).

Ficha de avaliação dos discentes sobre o desempenho docente

Expressar e registra a análise individual dos discentes sobre o desempenho dos docentes nas atividades curriculares do curso, em itens como capacitação e habilidade profissional, assiduidade e pontualidade, cumprimento do conteúdo programático, relações humanas e oratória, recursos e materiais didáticos utilizados, atividades teórico-práticas realizadas, etc.;

Plenárias de avaliação e auto-avaliação

Os discentes do curso manifestam a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores, e os educadores coletivamente podem se auto-avaliar em relação ao processo de ensino-aprendizagem nas atividades curriculares desenvolvidas no curso. Serão realizadas com periodicidade anual, e conjuntamente com as plenárias de auto-avaliação coletiva do corpo discente e técnico-administrativo (UFPA, 2009b).

A avaliação dos docentes tem uma perspectiva multidimensional: abrange tanto a sua atuação na sala de aula como o seu envolvimento com as atividades de gestão do currículo e seu aperfeiçoamento. Refere-se, portanto, tanto à percepção dos estudantes sobre o seu trabalho quanto à percepção de seus pares de trabalho com os quais partilham inúmeras outras tarefas relacionadas ao ensino de graduação. Sua grande finalidade é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação, por intermédio da investigação contínua da prática educativa e da intervenção sobre ela.

A avaliação dos docentes no que se refere ao seu ofício de ensinar considerará os seguintes aspectos: assiduidade, pontualidade, relações humanas, cumprimento do programa aprovado no Conselho da Faculdade e comprometimento com a aprendizagem dos alunos, recursos e materiais didáticos utilizados, metodologia de trabalho, instrumentos/critérios de avaliação, e demais aspectos considerados relevantes para fazer aproximações com o trabalho desenvolvido pelo professor a partir de indicadores de qualidade a serem coletivamente construídos pela comunidade da Faculdade de Agronomia (alunos, professores, técnicos).

A avaliação deve ser considerada em sua natureza intersubjetiva e dialógica, de forma que a percepção dos estudantes sobre o trabalho dos professores não pode ser tomada como realidade em si mesma, posto que o que os estudantes falam ou escrevem não se confunde com o seu pensamento, mas com a sua expressão, sujeita a ambiguidades, indefinições, imprecisões, enfim. Nesta perspectiva, aos professores há de se oportunizar o diálogo com as percepções dos estudantes sobre o sentido da sua ação pedagógica, valendo-se das mediações necessárias para que as análises favoreçam uma compreensão relevante do trabalho dos professores e contribuam para o aprimoramento da prática educativa.

Compreendendo que a efetivação de todo e qualquer projeto pedagógico implica em esforços coletivos tendo em vista a materialização de suas intencionalidades, a participação dos professores em agendas/tarefas de cunho coletivo, em reuniões de avaliação e planejamento, e outras atividades congêneres devem merecer especial atenção ante as expectativas de criação de uma cultura universitária baseada em ações coordenadas. Os registros de frequência às atividades de viabilização do PPC do Curso, portarias de participação em comissões, entre outros materiais de análise, como a auto-avaliação e a avaliação entre pares, contribuem para o acompanhamento processual e formativo do corpo docente.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação da organização e do desenvolvimento do curso como um todo, de forma a ter indicações sobre sua qualidade e alcance de seus objetivos, sob o pretexto de melhorá-lo ou reorientar seus rumos, obedecerá aos critérios estabelecidos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ? SINAES (IFPA, 2010). Para atender às diretrizes legais, a avaliação também deverá se dar em quatro momentos:

Avaliação feita pelo corpo discente

Serão avaliadas a estrutura curricular do curso e sua organização pedagógica, a utilização dos espaços educativos nas atividades curriculares (laboratórios científicos e de informática, a biblioteca do Campus Universitário do Tocantins / Cametá, salas de aula, estágios de campo e outros), a atuação dos docentes que atuarão no curso, a logística de funcionamento e a estrutura requerida para a realização das atividades propostas, o diálogo com os coordenadores do curso e da Faculdade, entre outros elementos. O principal instrumento para a avaliação a ser realizada pelo corpo discente será a realização de um seminário anual de discussão sobre o PPC e sobre o processo educativo proposto pelo curso, com o objetivo de analisar se os procedimentos metodológicos e as metas da graduação estão sendo atingidas, de forma a orientar possíveis correções de curso na formação dos discentes;

Avaliação feita pelo corpo docente

Além dos elementos que serão avaliados pelos discentes, conforme descrito acima, o corpo docente também se atribui a auto-avaliação, através de debates estimulados com os discentes e com seus pares no seminário anual proposto para a avaliação do PPC;

Avaliação feita pelo corpo técnico-administrativo

Seguirá as mesmas regras descritas para as avaliações do corpo docente e discente, inclusive com critérios de auto-avaliação;

Avaliação conjunta

Com a presença dos corpos discente, docente e técnico-administrativo, e se possível com representantes da sociedade local organizada ligados ao meio rural, com o objetivo de ter uma leitura crítica e ampliada, a partir de diferentes pontos de vista, do funcionamento do curso para, então, traçar linhas de atuação e/ou reorientação desejadas.
Este Projeto Pedagógico será avaliado periodicamente e as adequações de forma, de conteúdo e de aplicação decorrentes serão implantadas e executadas. Assim, o conjunto do corpo docente e discente do curso, com o apoio do Campus Universitário do Tocantins / Cametá, compromete-se a avaliar esse Projeto anualmente e, se necessário for, propor alterações a cada três anos (UFPA, 2010). Será instituída ainda, de acordo com a conveniência, uma comissão interna de avaliação do projeto pedagógico do curso, a critério da coordenação da subunidade acadêmica.

Além dessas avaliações, será realizada uma análise periódica interna dos resultados alcançados pelo curso em termos de formação, por meio de indicadores quanti-qualitativos para cada turma formada: índices de aprovação, número de concluintes e tempo de formação; produção científica dos alunos e inserção em projetos integrados de pesquisa, ensino e extensão; inserção no mercado do trabalho local / regional e em programas de pós-graduação, relacionados direta ou indiretamente à área das ciências agrárias e da natureza, entre outros elementos que poderão ser definidos e/ou modificados a critério da Faculdade e da coordenação do curso. Essa análise interna será efetuada por meio de plenárias de avaliação realizadas conjuntamente entre o corpo discente, técnico-administrativo e corpo docente, após o término de formação de cada turma específica.

Avaliação do processo educativo

No processo de desenvolvimento da proposta metodológica, os docentes e discentes deverão estar de acordo, nas disciplinas e atividades curriculares integrantes do curso, sobre os instrumentos que deverão possibilitar o acompanhamento e a auto-avaliação do conjunto das ações desenvolvidas e dos conteúdos curriculares (UFPA, 2009a).

Dos Discentes

De acordo com a regulamentação vigente da UFPA, o diagnóstico da aprendizagem dos discentes construída durante o curso deverá ser feito de forma articulada às atividades curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem a partir das disciplinas ? e por meio da análise da produção acadêmica / científica dos discentes. São propostos aqui como instrumentos de avaliação:

Produção individual e coletiva

Material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo de provas (de cunho objetivo e/ou subjetivo), artigos, sínteses, relatórios, projetos, seminários, resenhas, textos diversos, etc, a critério da livre escolha dos docentes responsáveis pelas atividades curriculares. A freqüência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Pará, a partir de critérios quanti-qualitativos (Excelente ? 9,0 a 10,0; Bom ? 7,0 a 8,9; Regular ? 5,0 a 6,9; Insuficiente ? 0 a 4,9; Sem Freqüência; Sem Avaliação), conforme estabelece o artigo 178 do Regimento Geral da UFPA;

Plenárias de auto-avaliação

Os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo do corpo discente a partir das atividades curriculares propostas. Tais plenárias deverão ser anuais, juntamente com o processo de avaliação mais geral do curso.

Dos docentes

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente a avaliação do corpo discente sobre o desempenho docente e a avaliação coletiva dos próprios docentes (UFPA, 2009b).

Ficha de avaliação dos discentes sobre o desempenho docente

Expressar e registra a análise individual dos discentes sobre o desempenho dos docentes nas atividades curriculares do curso, em itens como capacitação e habilidade profissional, assiduidade e pontualidade, cumprimento do conteúdo programático, relações humanas e oratória, recursos e materiais didáticos utilizados, atividades teórico-práticas realizadas, etc.;

Plenárias de avaliação e auto-avaliação

Os discentes do curso manifestam a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores, e os educadores coletivamente podem se auto-avaliar em relação ao processo de ensino-aprendizagem nas atividades curriculares desenvolvidas no curso. Serão realizadas com periodicidade anual, e conjuntamente com as plenárias de auto-avaliação coletiva do corpo discente e técnico-administrativo (UFPA, 2009b).

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Mariana Casari Parreira	Doutor	Produção Vegetal	Dedicação Exclusiva
Cezário Ferreira dos Santos Júnior	Mestre	Agroextrativismo	40 horas
Elessandra Laura Nogueira Lopes	Doutor	Pedologia	Dedicação Exclusiva
Kelli Garboza da Costa	Doutor	Biologia Vegetal	Dedicação Exclusiva
Meirevalda do Socorro Ferreira Redig	Doutor	Agroecossistemas	Dedicação Exclusiva
Rafael Coelho Ribeiro	Doutor	Fitossanidade/Entomologia	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Técnico Administrativo: Jose Carlos Wanzeler, Email: jwanzeler@ufpa.br, Regime de Trabalho 40 h e sua Titulação: MESTRANDO

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Esse tópico descreve a situação atual do Laboratório de Biologia do CUNTINS / UFPA, em relação à estrutura física e aos recursos (equipamentos e reagentes) existentes. O Laboratório de Biologia apresenta um espaço de aproximadamente 68 m2 com capacidade para 40 alunos (divididos em dois grupos com 20 alunos). Possui uma bancada lateral com pias e conexões para equipamentos e outra bancada localizada no fundo do laboratório. O Laboratório oferece 03 (três) microscópios binoculares; 06 (seis) estereomicroscópios; um freezer horizontal para congelar e conservar amostras; 01 (um) computador; e algumas placas de Petri, lâminas e lamínulas (FONTE: Levantamento da Profa. Waldenira Torres ? Coordenadora do Laboratório, 2016).	Laboratório	20	Aula	1
Esse tópico descreve a situação atual do laboratório de Química do CUNTINS / UFPA, em relação à estrutura física e aos recursos (equipamentos e reagentes) existentes. O Laboratório apresenta um espaço de aproximadamente 40 m2, com capacidade para 40 alunos (divididos em dois grupos com 20 alunos), com bancada central e duas laterais e uma de fundo a fim de comportar os equipamentos, sobretudo, os que necessitam da energia elétrica.	Laboratório	20	Aula	1
O Laboratório de Informática possui um espaço de 15x10m², contendo 30 (trinta) computadores com acesso à internet, sala refrigerada, monitor e dois bolsista	Laboratório	30	Aula	1
A biblioteca ?Biblioteca Universitária Salomão Larêdo? e o Auditório ?Alberto Mocbel? do Campus. Universitário do Tocantins - UFPA/CUNTINS-CAMETÁ, tem juntos espaço de 400 m², composto por salas de leitura, mesas e cadeiras, espaço climatizado, 6 computadores de consulta e 04 computadores de uso administrativo, um auditório com capacidade para 400 pessoas e 14.463 obras entre títulos, periódicos e exemplares.	Sala	400	Orientação acadêmica	2
A Direção da Faculdade de Agronomia (FAGRO) ocupa uma sala no segundo andar do prédio administrativo do CUNTINS, com área de 25 m2, onde despacham o Diretor(a) e o Coordenador(a) acadêmico, semelhante a essa com espaço de 25 m2 a secretaria do Curso de Agronomia e Ciências Naturais, a qual pode comportar cerca de 10 alunos.	Sala	10	Administrativa	2
laboratório de ensino PROOTMA atende aos cursos de Graduação em Geografia, Agronomia, Educação do Campo e Pedagogia do Campus. Possui 5 (cinco) computadores (Desktop) em	Laboratório	10	Orientação	1

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
funcionamento conectados à internet, 1 (um) Notebook, 1 (um) Datashow e 1 (uma) impressora a jato de tinta.			acadêmica	

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
A biblioteca ?Biblioteca Universitária Salomão Larêdo? e o Auditório ?Alberto Mocbel? do Campus. Universitário do Tocantins - UFPA/CUNTINS-CAMETÁ, tem juntos espaço de 400 m², composto por salas de leitura, mesas e cadeiras, espaço climatizado, 6 computadores de consulta e 04 computadores de uso administrativo, um auditório com capacidade para 400 pessoas e 14.463 obras entre títulos, periódicos e exemplares.	computador	Cedido	4	
A Direção da Faculdade de Agronomia (FAGRO) ocupa uma sala no segundo andar do prédio administrativo do CUNTINS, com área de 25 m2, onde despacham o Diretor(a) e o Coordenador(a) acadêmico, semelhante a essa com espaço de 25 m2 a secretaria do Curso de Agronomia e Ciências Naturais, a qual pode comportar cerca de 10 alunos.	computador	Cedido	2	Quanto aos recursos de apoio financeiro e administrativo, a faculdade de agronomia recebe pelo Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Pró-Reitoria de Planejamento Institucional (PROPLAN), concebido para manter sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará ? UFPA, recursos para viagens de campo para aulas pratica e visitas da rubrica - M02A1G1505N.
	mesa	Cedido	3	
	projetor	Cedido	1	
O Laboratório de Informática possui um espaço de 15x10m², contendo 30 (trinta) computadores com acesso à internet, sala refrigerada, monitor e dois bolsista	computador	Cedido	30	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO ? CNPq. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0044501NV4 GQX6>.

Acesso em: 03 maio 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ? CNE. Resolução nº 01/2006 ? Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia. Brasília-DF: CNE, 2006. 05 p.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA IV REGIÃO (SP-MS). Guia de Laboratório para o ensino de Química: instalação, montagem e operação. São Paulo: CRQ, 2007.

FLORENÇANO, J. C. S.; ABUD, M. J. M. Histórico das Profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo no Brasil. Rev. Ciênc. Exatas, Taubaté, v. 5-8, p. 97-105, 1999-2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ ? IFPA. Campus de Castanhal. Projeto Político Pedagógico do Curso de Agronomia ? Bacharelado. Castanhal: IFPA, 2010. 102 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ? IBGE. Censo 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. A Vida de Laboratório: A Produção dos Fatos Científicos. São Paulo: Ed. Relume-Dumara, 2005.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NEES. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Formação Docente e Práticas Inclusivas na Educação Básica. Marabá: UFPA / CAMAR, 2010. Disponível em: <http://nees-ufpa.blogspot.com/>. Acesso em: 30 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Regimento Geral da UFPA. Belém: UFPA, 2006. 68 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 3.633, de 18 de fevereiro de 2008 ? Regulamento do Ensino de Gradução da UFPA. Belém: UFPA, 2008. 29 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia. Altamira: UFPA, 2003. 133 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Marabá: UFPA / CAMAR, 2009a. 111 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. Marabá: UFPA / CAMAR, 2009b. 86 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário do Tocantins / Cametá. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Cametá: UFPA / CUNTINS, 2011. 74 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário do Tocantins / Cametá, Faculdade de Linguagem. Projeto Pedagógico do Curso de Letras. Cametá: UFPA / CUNTINS, 2010. 136 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Campus Universitário do Tocantins / Cametá, Faculdade de Ciências Agrárias e Naturais. Plano de Gestão do Campus Universitário do Tocantins / Cametá. Cametá: UFPA / CUNTINS, 2007.